

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ENTRE OS LIMITES E AS
POSSIBILIDADES**

ROSIANE APARECIDA MARANGONI RODRIGUES

Uberlândia, MG

2025

ROSIANE APARECIDA MARANGONI RODRIGUES

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ENTRE OS LIMITES E AS
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador:
Robson Luiz França

Uberlândia, MG
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder forças, saúde e perseverança ao longo dessa caminhada.

À minha família, pelo apoio incondicional, amor e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar ou priorizar os estudos.

Aos meus filhos, fonte inesgotável de inspiração e motivação. Vocês me impulsionaram a seguir em frente, mesmo diante das dificuldades.

Ao meu esposo, pela paciência, incentivo e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava. Sua parceria foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e me ajudaram significativamente em tudo que precisei.

Ao meu professor orientador, pelo conhecimento compartilhado, pela orientação cuidadosa e pela disponibilidade durante todo o processo de construção deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória, minha mais profunda gratidão.

RESUMO

O presente trabalho de natureza bibliográfica, tem por objetivo central compreender a relação entre a família e a escola, analisando os limites e as possibilidades dessa parceria, com ênfase no papel do pedagogo como mediador nesse processo. O estudo aborda o conceito de família, suas diferentes configurações, e a função social da escola, destacando a interdependência entre essas duas instituições fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos.

Visa compreender a crescente ausência de participação familiar nas atividades escolares e da necessidade de compreender como a atuação do pedagogo pode favorecer o diálogo entre escola e família. A pesquisa enfatiza que o sucesso escolar não depende exclusivamente de uma dessas instituições, mas da articulação entre diversos fatores sociais, econômicos, culturais e emocionais. A mediação pedagógica é destacada como uma estratégia eficaz para promover o envolvimento das famílias, resolver conflitos e fortalecer os vínculos afetivos e educativos. Nesse sentido, o pedagogo é visto como um agente transformador, responsável por promover a escuta, a empatia e o respeito mútuo entre os sujeitos envolvidos no processo educacional.

O estudo também reforça a importância da formação continuada dos profissionais da educação para que estejam preparados não só para ensinar, mas também para mediar relações, acolher e orientar. A valorização do papel da família no projeto pedagógico da escola e o reconhecimento da escola como espaço de convivência e cidadania são fundamentais para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e humanizadora.

Além de reforçar o fortalecimento da relação entre família e escola é uma tarefa coletiva, contínua e ética, essencial para transformar o cotidiano escolar em um espaço mais sensível às realidades familiares e comprometido com o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Palavras chaves: Pedagogo mediador, família, escola.

ABSTRACT

This bibliographic study aims to understand the relationship between family and school, analyzing the limits and possibilities of this partnership, with emphasis on the role of the pedagogue as a mediator in this process. The research discusses the concept of family, its various configurations, and the social function of the school, highlighting the interdependence between these two fundamental institutions for the students' integral development.

It seeks to address the increasing lack of family participation in school activities and the importance of the pedagogue's role in fostering dialogue between school and family. The study emphasizes that academic success does not depend solely on either institution, but on the articulation of multiple social, economic, cultural, and emotional factors.

Pedagogical mediation is presented as an effective strategy to promote family involvement, resolve conflicts, and strengthen affective and educational bonds. In this context, the pedagogue is seen as a transforming agent, responsible for fostering listening, empathy, and mutual respect among all educational actors.

The study also reinforces the importance of ongoing professional development for educators, preparing them not only to teach, but also to mediate, support, and guide. Recognizing the value of family participation in the school's pedagogical project and the school as a space for coexistence and citizenship is essential for building a more inclusive, democratic, and humanizing education.

Finally, the research highlights that strengthening the family-school relationship is a collective, continuous, and ethical task, essential for transforming the school environment into a space that is more sensitive to family realities and committed to the full development of students.

Keywords: Mediating pedagogue, family, school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2. Justificativa.....	8
3. Objetivos	12
4. Metodologia da pesquisa	13
5. Desenvolvimento.....	13
1. FAMÍLIA E ESCOLA UMA RELAÇÃO POSSÍVEL.....	16
1.1 Entre os avanços e os desafios da educação básica	16
1.2 Relação família e escola.....	18
2. O TRABALHO DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR FRENTE À INSTITUIÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR.....	21
2.1 Breve conceito de família e sua concepção na atualidade.....	22
2.2 Família X Escola: uma relação possível e necessária	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO – RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ENTRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES

O presente trabalho é de cunho bibliográfico e tem por objetivo, conhecer a relação do pedagogo enquanto profissional mediador entre a família e a escola e, por sua vez, visa também analisar questões referentes à relação família-escola, apresentando a definição de família, suas diferentes composições e sua função específica, abordando-se ainda a especificidade da escola e a interdependência existente entre a família e esse sistema.

A escolha por este tema surgiu a partir de uma revisão bibliográfica que apontou para uma relação marcada por situações vinculadas ao problema em a ação da escola em orientar os pais sobre como auxiliar os filhos nos processos formativos escolar e não escolar e percebeu-se que, apesar dos esforços dos educadores há, atualmente, uma crescente ausência da participação dos pais nas atividades escolares à medida que o filho avança nas séries.

Para compreender as premissas discutidas e responder as questões da pesquisa, é preciso analisar a atuação profissional dos docentes que exercem a função de mediador no contexto educacional, que envolvem a escola e a família.

Contudo, na atualidade entende-se que o mundo globalizado do trabalho, necessita de um profissional com perfil direcionado, a colaborar com a organização, pois a contemporaneidade tem se voltado mais a uma visão ampliada para alguns conteúdos específicos do que para a realização de uma determinada tarefa.

Todavia, em levantamento de pesquisa bibliográfica para delimitar a atuação do pedagogo enquanto mediador, evidenciou-se que o campo de trabalho está atrelado principalmente nos meios judiciais, esse método tem sido adaptado e inserido em ambientes diversos. Um deles, e o que será o foco dessa pesquisa, é o escolar. A mediação surgiu conforme Littlejohn e Domenici (1999) como método alternativo para resolver e gerenciar conflitos. Seu surgimento, segundo os autores, pode estar vinculado ao fato das pessoas preferirem uma alternativa para o processo de resolução de determinados problemas levando em consideração a sua própria posição dentro do conflito, e por outro lado, passando a ter maior respeito pela outra pessoa.

Este estudo, procurar-se-à compreender qual é o tipo de relação entre a família e a escola e suas possíveis implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e contribuir assim, para a desmitificação de concepções dos profissionais de educação, de que é a família ou a escola, ou ambas, as únicas instituições culpadas pelo sucesso ou pelo fracasso escolar das crianças.

Entende-se que são vários os fatores, que podem influenciar no desempenho escolar dos alunos podendo ser, econômicos, políticos, sociais e culturais.

A educação é um dos setores mais importantes para o desenvolvimento da sociedade, e de acordo com Ortega e Santiago (2009) é através desta que o homem se humaniza por meio de ações educativas formadoras, desenvolvidas na coletividade que tem como papel incentivar os processos emancipatórios para que o homem venha exercer com cidadania seus direitos e deveres.

Ademais a educação é exercida nos mais variados espaços de convívio social, não se restringindo a Pedagogia apenas ao ambiente escolar, permeando-se também para outros espaços educacionais.

2. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho busca conhecer a relação do pedagogo enquanto profissional mediador entre a família e a escola. A escolha desta temática tem como finalidade analisar a relação entre família e escola, considerando a definição de família, suas diferentes composições, sua função social, bem como a especificidade da escola e a interdependência entre ambas. A decisão pelo tema surgiu a partir da revisão bibliográfica, que evidenciou desafios nessa relação, especialmente no que diz respeito à atuação da escola na orientação às famílias e à importância da participação familiar na vida escolar dos estudantes.

Este estudo revela-se significativo por abordar as competências do pedagogo diante da relação entre família e a escola, buscando identificar as conexões entre a Pedagogia, a educação e o contexto familiar. A escolha do tema decorre do interesse em compreender, de forma mais aprofundada, a atuação do pedagogo como mediador e sua importância

social no exercício dessa função.

O curso de Pedagogia no Brasil, teve início em 1930, centrado nos processos de atuação do Pedagogo em ambientes educacionais escolar e regular. Nos anos de 1939, 1962 e 1969 ocorreram três importantes regulamentações do curso, permitindo maior flexibilização e inovações nos projetos das instituições formadoras. Em 1996, ocorreu a reforma da educação, em que o currículo mínimo foi substituído por diretrizes curriculares, possibilitando a diversidades e a diversificação de projetos educacionais. Apesar de questões contraditórias e conflitantes, após a proposta de fragmentação do trabalho do Pedagogo, com restrições à docência, com ênfase na gestão e de proposta de novos agentes formadores para a docência, “são incluídas novas demandas de trabalho que propiciam atuação em diferentes espaços” (SOUZA NETO; et al, 2009, p. 25).

A Pedagogia tem por função, estudar de forma sistemática as práticas educativas que se efetuam na sociedade como processos fundamentais da condição humana. Denominada de “ciência da educação”, ela busca estudar a natureza, suas finalidades, os espaços educativos e seus processos, objetivando a realização de diferentes contextos em que essas práticas se desenvolve.

Como destaca Libâneo (2010), o profissional em Pedagogia ocupa-se de várias instâncias das práticas educativas, qualificado para atuar em demandas socioeducativas. Assim sendo, salienta-se que nesse espaço de atuação profissional, exige profissionais que exerçam de modo sistemático atividades pedagógicas relacionadas a cultura e a promoção social. Podendo atuar como instrutores, formadores, organizadores, agentes de difusão cultural, desenvolvendo e aplicando projetos sociais. Diversas são as formas de ensinar e muito mais ainda são os espaços de ensino. Crianças e adolescentes vivenciaram e vivenciam, especialmente no Brasil, diversas outras experiências educativas que sobressaem-se às da escola nos moldes como a conhecemos hoje. A infância, alvo de grande interesse social, econômico e também acadêmico, se constitui de diferentes maneiras, a depender do lugar, da cultura e da época.

Por meio da pesquisa, pode-se compreender que família e escola são sistemas que dividem a tarefa de educar e socializar crianças e jovens. Nos últimos tempos, inúmeros pesquisadores, de diversas áreas do conhecimento, tem se dedicado a estudar e entender melhor a relação que se estabelece entre estes dois contextos (OLIVEIRA e MARINHO ARAÚJO, 2010; FARIA FILHO, 2000), entretanto, apesar de suma importância, o campo de estudo que trata da parceria família-escola é relativamente novo se comparado a outras

áreas da pesquisa em Educação (EPSTEIN, 2011).

Os últimos vinte e cinco anos, portanto, mostraram crescimento desta área de estudos, levando cada vez mais educadores e políticos a se interessarem sobre essa temática (EPSTEIN, 2011). Faz-se importante assinalar que sob a designação “relação família e escola”, se abriga

uma problemática extremamente ampla, multifacetada e passível de ser abordada por diversos campos disciplinares.

Diante do exposto, este trabalho representa uma oportunidade de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a relação entre família e escola no contexto brasileiro, ampliando os estudos já existentes. Com base na literatura analisada, busca-se refletir sobre aspectos que favorecem a compreensão dessa parceria, além de indicar caminhos para seu fortalecimento e efetividade.

A produção científica sobre a Relação Família-Escola no Brasil ainda demonstra certa fragilidade metodológica, remetendo, muitas vezes, a conclusões genéricas, que não aprofundam ou avançam com relação ao tema. Tal fragilidade parece estar relacionada ao momento atual das pesquisas sobre a temática no Brasil, que abordam, sobretudo, um diagnóstico de dificuldades e constatações da necessidade de propostas de intervenção para otimização desta parceria.

Destarte, a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeitos se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social. Segundo Petzold (1996), existem muitas formas de entender o conceito de família, sendo que suas definições tradicionais baseiam-se em diferentes critérios como, por exemplo, restrições jurídicas e legais, aproximações genealógicas, perspectiva biológica de laços sanguíneos e compartilhamento de uma casa com crianças.

Para Trost (1995), a menor unidade de grupo é o casal, uma díade ou um par e, em seu entendimento, uma família se forma quando um casal se casa ou quando passa a viver na mesma residência (coabitação), ou mesmo quando uma criança nasce e é criada por apenas um dos pais solteiros (pai ou mãe). Ainda conclui Trost, a respeito da família, que se incluem os casais que se constituíram legalmente, mediante casamento civil e/ou religioso, e também os que apenas optaram por morar juntos, considerando, ainda, os casais heterossexuais e homossexuais. Insta salientar ainda que, de acordo com Petzold, o critério de intimidade deve ser a variável fundamental para definir família, o que,

consequentemente, reflete-se no fato de que mesmo os casais sem filhos são reconhecidos como uma unidade familiar.

Para a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a definição de família, com enfoque a realidade brasileira, estabelece os princípios fundamentais em relação à instituição familiar e reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, ou a comunidade formada por quaisquer dos pais e seus descendentes. Por consequência, com base no título da pesquisa “Relação Família e Escola: entre os limites e as possibilidades”, um importante desafio surge para esta pesquisa, no sentido de que ela possa estar associada a eventos positivos e agradáveis e que, efetivamente, contribua com os processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento. Outrossim, este trabalho busca apontar a importância do diálogo como possibilidade de aproximação entre a escola e a família, mediados pelo professor pedagogo.

São inúmeras as situações do dia a dia escolar que sugerem um diálogo por parte dos profissionais da educação com as famílias e os sujeitos estudantes, assim é conveniente e importante refletir sobre o papel do professor nesse caminho, incentivar a valorização da família e sua participação na escola por parte dos educandos, convidar os pais e/ou responsáveis para fazer parte do processo educacional escolar, oportunizando o diálogo escola e família.

Todavia, a escola é um espaço de socialização capaz de preparar o indivíduo para a inserção no mundo por meio do conhecimento científico. Como afirma Libâneo (1985, p.93), o objetivo da escola é tornar a criança ou adolescente apto a viver numa determinada sociedade, unindo o indivíduo ao social.

Ademais, a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona como mundo, a partir de sua localização na estrutura social.

A temática presente visa analisar questões referentes à relação família-escola, apresentando a definição de família, suas diferentes composições e sua função específica, abordando-se ainda a especificidade da escola e a interdependência existente entre a família e esse sistema. Contemplando também, as competências do Pedagogo, nesse contexto. Além de identificar as relações existentes entre a Pedagogia, educação e a família.

Assim, diante do exposto, a pesquisa configura-se como uma oportunidade para ampliar estudos sobre a relação família-escola no contexto brasileiro, somando-se às já

existentes, contempladas no trabalho.

Desta forma, a partir do estudo da literatura sobre a relação família-escola, a pesquisa busca trazer para análise algumas questões referentes a essa temática, sinalizando pontos que favorecem a compreensão atual dessa relação, bem como outros que apontam para a modificação e o sucesso da mesma.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Com base na revisão da literatura sobre a relação entre família e escola, este trabalho propõe uma análise aprofundada de aspectos centrais que envolvem essa parceria, destacando elementos que contribuem para a compreensão de sua configuração atual. Além disso, busca-se evidenciar fatores que indicam a necessidade de mudanças, bem como estratégias que podem favorecer o fortalecimento dessa relação, reconhecendo seu papel fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma educação mais democrática e participativa.

3.2 ESPECÍFICOS

Com o objetivos específicos pretende-se:

- a) Conceituar a família e seu papel na sociedade;
- b) Verificar o papel dos pais/responsáveis na educação dos filhos;
- c) Entender qual a importância da participação da família na formação do aluno.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A partir da revisão da literatura sobre a relação entre família e escola, este trabalho propõe uma análise aprofundada dos principais aspectos que envolvem essa parceria, por meio de pesquisa bibliográfica em que serão estudados diversos autores, dentre eles, Paulo Freire e José Carlos Libâneo, considerando sua relevância no contexto educacional contemporâneo. Busca-se evidenciar os elementos que favoreçam a compreensão de sua estrutura atual, bem como identificar os desafios que exigem mudanças significativas. Além disso, são discutidas estratégias que podem contribuir para o fortalecimento desse vínculo, reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os agentes para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a consolidação de uma educação mais inclusiva e interativa.

5. DESENVOLVIMENTO

Na contemporaneidade entende-se que o mundo globalizado do trabalho, necessita de um profissional com perfil direcionado a ajudar a organização, pois o mercado de trabalho tem se voltado mais a uma visão ampliada para alguns conteúdos específicos do que para a realização de uma determinada tarefa. Nesse sentido, temos que o pedagogo pode exercer, no contexto escolar, a função de mediador social entre a família e a escola.

A mediação enquanto instrumento de relação entre família e escola, não consiste em um instrumento exclusivo do contexto educacional, porém, surgiu conforme Littlejohn e Domenici (1999) como método alternativo para resolver e gerenciar conflitos. Seu surgimento, segundo os autores, pode estar vinculado ao fato das pessoas preferirem uma alternativa para o processo de resolução de determinados problemas levando em consideração a sua própria posição dentro do conflito e a da outra parte, passando a ter maior respeito pelo próximo. A mediação pode ser definida, conforme Morgado e Oliveira (2009, p. 48).

[...] uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios de voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do

terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias.

Conforme Torremorell (2008), o processo de mediação possui três elementos básicos: as pessoas participantes, a situação conflituosa e o processo de comunicação. A função da mediação não é “[...] de determinar quem tem razão ou não, mas antes de restabelecer a comunicação [...]” (BONAFÉ-SCHMITT, 2010, p. 50).

A educação é um dos setores mais importantes para o desenvolvimento da sociedade, e de acordo com Ortega e Santiago (2009) é através desta que o homem se humaniza por meio de ações educativas formadoras, desenvolvidas na coletividade que tem como papel incentivar os processos emancipatórios para que o homem venha exercer com cidadania seus direitos e deveres. Desta forma, pode-se compreender que atualmente, a educação é exercida nos mais variados espaços de convívio social, não se restringindo a Pedagogia apenas ao ambiente escolar, permeando-se também para outros espaços educacionais.

Segundo Freire (apud, SOUZA NETO et al, 2009) a educação nas sociedades latino americanas ocorre de forma vertical. O professor é concebido como um agente que ensina ignorantes. O educando é um ser passivo que recebe o conhecimento, tornando-se um depósito do educador.

Todavia, o perfil profissional e as competências que o Pedagogo deve possuir, necessitam estar claros. A realidade sociocultural exige algumas características ao profissional, tais como: ser criativo, otimista, realista, capaz de gerenciar ações construtivas, as quais possam contribuir com a possibilidade de transformação da realidade vivenciada e a formação contínua na busca de desenvolvimento de competências para o exercício da prática cotidiana.

É preciso então, ser um sujeito detentor de um processo emancipatório de conscientização, dentro do espaço que estiver inserido. Ao passo de ser ator e educador, o profissional tornará um mediador social, ou seja, um agente flexível capaz de desenvolver e gerir efetivamente de forma criativa as relações interpessoais e intergrupais necessárias para os sujeitos.

Exercendo a função de pedagogo mediador, exercerá as práticas de caráter socioeducativo, dirigido à atenção de problemas individuais, familiares ou comunitários. Desenvolvendo ações de informação, orientação e assessoramento para as pessoas,

oportunizando serviços e recursos sociais, facilitando a intervenção educativa.

CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA E ESCOLA UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

1.1 - Entre os avanços e os desafios da educação básica

É compreensível que a educação básica brasileira compreende três etapas: educação infantil (para crianças com até cinco anos de idade), ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos de idade), e por fim, ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos de idade), outrossim, cada uma destas etapas possuem seus objetivos próprios e distintos de modos de organização, gestão e competências.

Vale mencionar que a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, pois até o ano de 2006, sua duração no Brasil era de oito anos, ampliando-se assim, o Ensino Fundamental para nove anos de duração, promovendo ainda, a obrigatoriedade da matrícula de crianças de seis anos de idade.

Na contemporaneidade, as principais leis e documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Todavia, a Constituição brasileira (1988) aponta para o dever do Estado no cumprimento e oferta de vagas no ensino Fundamental de forma gratuita e universal.

Tendo por finalidade avaliar a qualidade da Educação Brasileira, foram criados também no país alguns instrumentos como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil.

Contudo, o professor na atual conjuntura, se depara muitas vezes solitário, e em constante pressão, seja pelo excesso de atividades que lhe são atribuídas, ou por sofrimento psicológico. Neste interím, OLIVEIRA (2005) e NOGUEIRA (2015), indicam que na atualidade, para além de suas funções tradicionais relativas ao desenvolvimento cognitivo

do aluno, aponta para si certa parte de responsabilidade pelo bem estar psicológico e pelo desenvolvimento emocional do educando adentrando a domicílios antes reservados à socialização da família, como a educação afetivo-sexual, e/ou antidrogas.

Por outro ângulo, autores como TIBA (1996) afirmam que os papéis da escola e familiar são distintos, além de que, não diz respeito a escola interferir em questões que poderiam ser de responsabilidade exclusivamente das famílias. Assim, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua formação.

Porém, observa-se que este fator não ocorre com exatidão na prática, pois muitos pais se negam a exercer de maneira efetiva sua função social, protetora e formadora, diante da criança em desenvolvimento físico, emocional e social.

No entanto, o assunto é polêmico e controverso, pois, a maior parte dos professores percebe com nitidez a influência que as famílias podem exercer quando participam de forma positiva na vida escolar dos filhos. Contudo, escola e família devem interagir de forma que uma parceria entre estas se estabeleça, segundo Durkheim:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine. (DURKHEIM, 1978, p, 41)

Desta forma, educar é tarefa comum de pais e mestres. Todavia, os pais da atualidade parecem não perceber que a educação de seus filhos é tarefa a ser compartilhada entre a família e a escola, não cabendo apenas à última a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos estudantes. Pois, a escola é sim uma instituição formal de transmissão e aquisição de saber, mas não é o único lugar no qual esse deva ser buscado e devidamente trabalhado.

Todavia, a família também é uma instituição social no processo de desenvolvimento das crianças, nela a criança recebe as primeiras instruções valores, sendo assim, corresponsável pelo seu desenvolvimento.

Lamentavelmente, muitas famílias não se sentem responsáveis pelo desenvolvimento escolar dos filhos, uma vez que, muitas nem sequer demonstram atenção em relação a vida acadêmica das crianças.

1.2– Relação família e escola

Família e escola, apesar de estarem sinteticamente próximas e de possuírem objetivos comuns, nem sempre caminham juntas, permanecendo distantes e isoladas, cada qual em espaços próprios, como seres pertencentes a universos distintos e opostos.

Porém, trata-se de instituições importantíssimas para o desenvolvimento pleno das crianças. No entanto, a família enquanto primeira instituição social a qual a criança está inserida e a escola como instituição oficialmente regulamentada para oferecer-lhe ensino deveriam buscar caminhar juntas em prol de seus objetivos comuns.

É de entendimento que diversos autores buscam compreender ambas instituições e a importância de uma efetiva parceria entre elas para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e adolescentes. Carvalho (2005) contribui sobre esse assunto, pois para a autora em tela, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos, a família se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Insta mencionar que, quanto maior o envolvimento e a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, maiores são as chances destes alcançarem bons resultados em suas vidas sociais e acadêmicas. Segundo Davies et al. (1989 apud Galvão e Marques, 2018) o envolvimento dos pais na escola está ligado ao desenvolvimento da criança e ao sucesso acadêmico e social dos alunos na escola. Neste sentido, o autor aponta:

Quando os pais se envolvem, as crianças têm melhor aproveitamento escolar (...). As crianças cujos pais as ajudam e mantêm contactos com a escola têm pontuações mais elevadas que as crianças com aptidões e meio familiar idênticos, mas privadas de envolvimento parental (p. 38).

Além de que, para os autores, o envolvimento da família na vida escolar dos filhos não traz só benefícios ao aproveitamento escolar destes, visto que esta relação também contribui para que os responsáveis pelos mesmos passem a reconhecer o árduo trabalho do professor. Assim, estes autores apontam que esta relação:

aumenta a motivação dos alunos pelo estudo. Ajuda a que os pais compreendam melhor o esforço dos professores. Melhora a imagem social da escola. Reforça

o prestígio profissional dos professores. Ajuda os pais a desempenharem melhor os seus papéis, ou seja, incentiva os pais a serem melhores pais. Da mesma forma, estimula os professores a serem melhores professores (Marques, 2001, p. 20).

Bronfenbrenner (1999 apud Polonia e Dessen 2005), também enfatiza que os três principais sistemas que afetam a criança em desenvolvimento são: a família, a escola e o ambiente externo a estes dois contextos. Ela destaca a influência dos aspectos culturais, como crenças, valores, atitudes e oportunidades, que podem facilitar ou mesmo dificultar a evolução das pessoas.

Para Vygotsky (2001), a criança por si só não consegue formular uma estrutura de conhecimentos por base própria. Neste sentido, o teórico desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), entendido por ele como: a distância entre o desenvolvimento real que estaria relacionado às atividades que a própria criança consegue desenvolver sem a mediação de uma pessoa mais experiente, e o desenvolvimento potencial, ou seja, aquele relacionado às atividades para cuja realização a criança necessita da mediação de um adulto.

Isso significa que o desenvolvimento da criança está diretamente relacionado à qualidade das relações que a esta é proporcionado nos ambientes em que vive. Assim, para o autor, é preciso que a criança receba orientações e suporte de pessoas mais experientes para que deste modo, desenvolva suas funções cognitivas e psicológicas.

Destarte, sua teoria emprega que a aprendizagem da criança não ocorre apenas pela experiência individual, mas pela interação social construída pela criança no âmbito familiar e social, levando também em consideração a formação sócio-histórica do sujeito e as relações construídas nesse ínterim.

Ainda de acordo com Piaget (1984) e Vygotsky (1998), ambos concebem a criança como reflexo do meio em que vivem, pois para eles: a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta.

Todavia, a parceria entre família e escola é apontada por estudos atuais ainda como fator preditor de saúde, visto que melhora o processo de aprendizagem, afeta positivamente os resultados acadêmicos, além de prevenir igualmente problemas de comportamento, de frequência nas aulas, de abandono escolar e estimular o seguimento dos estudos em nível superior (CAVALCANTE, 1998; BHERING; SIRAJ-BLATCHFORD, 1999; POLONIA;

DESSEN, 2005).

De acordo com, Oliveira e Marinho (2010) há alguns caminhos para estudar a responsabilização compartilhada, sendo um deles, conhecer as concepções de professores a respeito das famílias de seus alunos e as concepções dos pais sobre a relação entre família e escola. Por isso, é necessário observar o insucesso escolar de forma sistêmica, buscando a compreensão de que a culpabilização não elimina o problema. Entretanto, o olhar sistêmico sobre a relação família-escola beneficia o ensino dos alunos com dificuldades na aprendizagem ou evitá-las, pois, existirão melhores condições de aprendizado e desenvolvimento da criança quando família e escola mantiverem boas relações (Polonia & Dessen, 2005).

Logo, o ato de educar exige compromisso e dedicação por parte de todos os envolvidos no processo, assim tanto os pais, quanto a equipe escolar devem ser parceiros e corresponsáveis pela aprendizagem satisfatória dos alunos. Por conseguinte, tal parceria, enseja pensar nos possíveis motivos que afastam ou inviabilizam a relação família e escola, ademais buscar estratégias de aproximação entre esses atores e corresponsáveis pela aprendizagem escolar.

Entretanto, se a escola percebe a importância da família no processo de ensino e aprendizagem do aluno, ela deve buscar diversificar e intensificar os momentos de encontros entre ambas instituições, permitindo assim, maiores oportunidades de acesso e participação familiar.

CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR FRENTE À INSTITUIÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR

É de conhecimento que a formação de professores e sua atuação nas instituições de ensino são objeto de permanente preocupação, sobre aqueles que insistem em uma atividade educativa eficaz. Sobretudo, em destaque no Brasil, em que podem ser consideradas as dificuldades que os educadores enfrentam para o desempenho das suas funções com dignidade, como conceitua Severino (2001, p. 146),

a preparação do educador deve torná-lo um profissional qualificado, consciente do significado da educação, para que estenda essa consciência aos educandos e contribua para que vivenciem a dimensão coletiva e solidária de sua existência.

Neste sentido a atividade do educador tem que levar em consideração a percepção das referências existenciais dos sujeitos envolvidos, pois, tais referências faz inferência à compreensão de si, do outro e de suas relações, do grupo social como um todo.

Todavia a educação não se desenvolve sem conhecer e compreender a inserção dos sujeitos na sociedade, e sua história. Pois, não existe educação humanizadora, a favor da participação e da democracia sem considerar os seres humanos como dotados de personalidade e integrantes de uma determinada sociedade.

Entretanto, vale mencionar que a participação familiar na vida escolar do aluno é uma conquista, tal como acrescenta Demo (1993, p. 18): “Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.”

Além de que, a participação entendida como conquista faz com que o poder seja descentralizado e distribuído aos demais participantes do processo, deste modo, todos se tornam responsáveis pelas metas a serem alcançadas.

Vale ressaltar que a participação familiar é de suma importância no que tange ao acompanhamento de seus filhos, por ela ser potencializadora no quesito da resolução de conflitos, porém, pode contribuir para gerá-lo, pois não devemos compreendê-la como ausência de divergências, de debates e discussões, pelo contrário, quando a discussão é ativa, surgem novas opiniões, que buscam resoluções para os problemas existentes, podendo assim, ser também frutífera e proveitosa.

Portanto, o trabalho do pedagogo enquanto mediador é o de desempenhar sua função mediadora entre a instituição escolar e a família, promovendo então, a comunicação, resolvendo conflitos e auxiliando no desenvolvimento educacional e emocional dos alunos.

A atuação do pedagogo contribui então, para o desenvolvimento integral do aluno, fortalece a parceria entre os envolvidos e favorece também para a manutenção de um ambiente escolar harmônico.

2.1 –BREVE CONCEITO DE FAMÍLIA E SUA CONCEPÇÃO NA ATUALIDADE

A família é a primeira instituição do ser humano, sendo de base emocional e social fundamentais, responsável pela transmissão de valores, crenças e pertencimento. Tradicionalmente era vista como a família nuclear, formada por pai, mãe e seus filhos, com papéis definidos.

Na atual conjuntura, o conceito de família encontra-se bem amplo e diverso, o que reflete mudanças culturais, sociais e econômicas. Algumas denominações são: famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias adotivas, famílias homoafetivas, famílias extensas. Porém, independentemente de sua configuração, o mais supremo que seja um suporte afetivo, respeitoso e colaborativo entre seus membros.

A história da humanidade conceitua que são variadas as formas de como as famílias evoluem, se modificam, assim como são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma determinada sociedade.

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o conceito família, significa: “[...] pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem ou admitidos por adoção” (FERREIRA, 1986, p. 563).

Entretanto, sabe-se que somos integrantes de algum tipo de família, porém, para

qualquer sujeito é complexo definir tal conceito, pois ele vai além de simples e breves definições.

Logo, pode-se dizer que a família na atualidade suscita muitas polêmicas, pois para a grande maioria, a família é a base da sociedade e garantia de uma vida equilibrada, célula sagrada, intocável, por outro lado, não se pode negar sua importância em relação ao nível social que se insere, e ao nível emocional de seus membros.

É a família de fato, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que se percebe o mundo e sua inserção nele, pois ela: “É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós” a quem aprendemos a nos referir” (REIS, 1984, p. 99).

Todavia, cada indivíduo possui seu papel dentro do contexto familiar em qual faz parte, marido, mulher, companheiros, infraestrutura doméstica e afetiva pela mulher, obediência às diretivas paternas (quando este está presente), e a expectativa dos papéis sociais que deverão ser cumpridos por cada um.

De acordo com MIRANDA, et al (2010), no Brasil, entre o proletariado, é possível encontrar muitas famílias nucleares (compostas por pai, mãe, e filhos) em que o casal se une por laços legais, também é possível encontrar várias famílias chefiadas por mulheres. Nesta seara, Reis (1984, p. 104) ressalta que “[...] a família é o espaço social onde gerações se defrontam mútua e diretamente, e onde os dois sexos definem suas diferenças e relações de poder”. Para Nascimento (2006) a chefia da casa na contemporaneidade pode ser desempenhada tanto por homens quanto por mulheres, quebrando com o modelo patriarcal que predominava há pouco tempo atrás.

Ainda de acordo com MIRANDA, et al (2010), na classe média, a família tende a ser nuclear, como na proletária, apesar de que unida por laços legais e, ainda, mergulhada numa vasta rede de parentesco. Na classe alta, a família se mantém ainda numa forma mais extensa que nas outras. Sendo o patriarca que domina sobre os meios de produção, do patrimônio e da renda familiar e sua autoridade é predominante e, na maioria das vezes indiscutível.

Assim, analisando as estruturas familiares existentes na atualidade, faz importante reafirmar que a finalidade da família na educação dos filhos continua, e não pode ser transferida para outras instâncias da sociedade, todavia sua complementação pode ocorrer com interferência de outros segmentos, mas o primeiro contato da criança é no seio da

família, isto é, seu primeiro ponto de referência.

2.2 – Família X Escola: uma relação possível e necessária

Diante dos questionamentos, qual o lugar da família? E qual o lugar da escola?, pode-se inferir que o lugar da família está em contribuir com muito amor e desprendimento, pela construção da independência, priorizando o diálogo aberto e aos questionamentos pelas

mudanças. Já o lugar da escola, se encontra em educar para a democracia e pensamento crítico reflexivo, garantindo a aprendizagem das habilidades e conhecimentos necessários para viver em sociedade. Desta forma, é notável que a função da família e a função da escola se complementam na construção de um ser humano participante e consciente.

É de compreensão de que a família constantemente passa por diversas mudanças, assim como a escola sempre está mudando, pois a sociedade não é estática. Pois, segundo MIRANDA, et al (2010, pg.110):

entre a família e a escola podemos apontar a transição de uma fase em que a família confiava plenamente na escola, estabelecendo até uma cumplicidade, para uma outra em que a família passa, de um lado a criticar a escola e de outro contraditoriamente, transferir suas responsabilidades para a mesma.

Portanto, a exemplo disso, pode-se apontar que por inúmeras vezes é imposto às crianças desde cedo aprenderem a contar para os responsáveis o que a “professora fez com ele”, por outro lado, também os responsáveis acabam destinando à escola funções pertinentes à família, como ações simples e cotidianas.

Por conseguinte, no parâmetro democrático da organização da escola, é fundamental a participação da comunidade, porém, cabe analisar cada solicitação da comunidade atendida, para que assim, a escola não exerça funções exarcebadas.

Vale mencionar a importância da escola em trabalhar a conscientização dos responsáveis familiares, para que desta forma, haja uma autentica participação, por meio de uma comunicação clara diante das propostas pedagógicas impostas pela mesma.

Todavia, a família quando é efetivamente orientada a respeito de seu papel e a sua importância para um bom desenvolvimento da educação escolar, é visível conceituar as práticas concretas de uma participação efetiva.

Visto que, a escola sozinha não consegue dar conta da responsabilização da necessidade de estudar, para que haja conscientização dos alunos, pois muitas às vezes a realidade à qual estão inseridos, acabam não valorizando os estudos, por meio da vivência social. Visto que, para que a escola consiga dar um novo rumo aos estudos é necessário a colaboração da família, no sentido de contribuírem em ajudar os filhos a pensar e refletir sobre um real projeto de vida alicerçado em objetivos e perspectivas compromissadas com a transformação social.

A cada dia mais, menos limites são trabalhados pela família, o que ocasiona a família exigir da escola uma postura autoritária. Entretanto, é tarefa da escola ajudar os responsáveis a entenderem que existem outras alternativas, que podem superar o autoritarismo e também o espontaneísmo, esclarecendo contudo, a concepção de disciplina valorizada pela escola, atenuando assim, a distância entre a disciplina da família e da escola.

É de suma importância que a escola se beneficie das reuniões com os responsáveis para interagir com a família, abolindo a simples ação de entrega de notas. Proporcionando assim, um momento de interação e conhecimentos, também um espaço de luta dos vários envolvidos com o processo de construção da sociedade que desejamos. Deste modo, a família pode contribuir na construção da disciplina, por meio de práticas do diálogo.

No entanto, é preciso entender a importância da construção do Projeto Político Pedagógico, para que escola e a família estejam envolvidos, possibilitando um conhecimento eficaz e objetivo do trabalho pedagógico.

Além de que, na contemporaneidade, a escola tem contribuído para a construção da cidadania, como adverte Severino (1998, p.85): “Para que a prática educativa real seja uma práxis, é preciso que ela se dê no âmbito de um projeto. A escola é o lugar institucional de um projeto educacional”.

Assim, é importante frisar que o projeto pedagógico em vigência só conseguirá se efetivar quando alcançar seus objetivos de transformação, se ele se tornar um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas enfrentados pela escola, preservando uma vivência democrática com os responsáveis, alunos, núcleo escolar, enfim, que todos

participem do processo educativo.

Por fim, ao analisar as possibilidades de participação da família e de toda a comunidade educativa, não se pode deixar de considerar as estruturas de participação existentes, por exemplo, colegiados e conselhos.

Logo, articular a educação, com os processos de formação dos cidadãos, a escola e a comunidade educativa, e a articulação da formação de professores com a realidade vivida pelos alunos e seus familiares, talvez seja uma utopia, porém, uma urgência e uma demanda da sociedade e todos envolvidos.

Todavia, necessitamos de uma educação que prepare o cidadão para o real, que transforme a cultura de não participação, em uma prática política emancipatória. O que demanda uma interação efetiva entre família, comunidade e escola, que vá além de aulas tradicionais, que seja contruída por meio da gestão democrática e ativa nos conselhos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a relação entre família e escola é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Desta forma, por meio de uma abordagem bibliográfica, propôs-se analisar, sobre o papel da família na sociedade, a função social da escola, e, sobretudo as possibilidades e limites dessa parceria, considerando o pedagogo como o elo mediador entre esses dois núcleos educativos.

Insta mencionar que apesar do reconhecimento da importância dessa relação, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A baixa participação das famílias nas atividades escolares, a delegação excessiva das responsabilidades educativas à escola e a falta de diálogo efetivo entre educadores e responsáveis são alguns dos obstáculos que fragilizam a construção de uma parceria sólida e colaborativa. Assim, tais questões demonstram que a relação família- escola ainda precisa ser ressignificada e fortalecida, com base em uma comunicação aberta, respeitosa e constante.

Todavia, os estudos apontam também para caminhos promissores. Pois, a mediação pedagógica surge como uma estratégia eficaz para promover a aproximação entre os envolvidos no processo educativo, favorecer o diálogo e contribuir para a resolução de conflitos.

No entanto, nesse contexto, o pedagogo deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para assumir o papel de articulador de relações humanas, sociais e pedagógicas. Ele atua como um agente transformador que compreende a complexidade das realidades escolares e familiares e propõe soluções baseadas na escuta, na empatia e no respeito mútuo.

Além de que, a pesquisa reforça que o sucesso escolar não depende exclusivamente da atuação da escola ou da família, mas de uma articulação entre múltiplos fatores, tais como: sociais, econômicos, culturais e emocionais, que necessitam ser considerados no cotidiano educativo.

Logo, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos profissionais da educação, capacitando-os para que estejam preparados não apenas para ensinar, mas também para mediar, orientar e acolher.

Por conseguinte, a escola enquanto espaço de convivência e formação cidadã, deve reconhecer o valor da participação da família em seu projeto pedagógico. Da mesma forma, a família precisa compreender a importância de seu envolvimento na trajetória escolar dos filhos. Tal parceria, quando bem alicerçada, permite promover ganhos significativos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Conclui-se, portanto, que fortalecer a relação entre família e escola é uma tarefa coletiva e contínua, que exige sensibilidade, comprometimento e diálogo. A mediação, nesse contexto, é mais do que uma técnica, é uma postura ética e pedagógica que corrobora para a construção de uma educação mais humana, democrática e transformadora.

Assim, este trabalho, contribuiu para ampliar o debate sobre a temática no cenário educacional brasileiro e aponta também, o olhar para a urgência de novas práticas e políticas que favoreçam uma atuação mais integrada, colaborativa e efetiva entre os sujeitos que compõe o processo educativo. Representando uma oportunidade concreta de transformar o cotidiano escolar, tornando-o mais sensível às realidades familiares, mais aberto à diversidade e mais comprometido com a promoção de uma educação inclusiva e democrática.

Por fim, insta salientar, que este trabalho buscou lançar sobre a importância da mediação pedagógica como estratégia essencial para o fortalecimento do vínculo entre escola e família, e reafirma a necessidade de investimentos na formação ética, técnica e humana do pedagogo. É por meio de profissionais preparados, conscientes de seu papel social e comprometidos com o diálogo e a inclusão, que será possível construir uma escola mais justa, afetiva e transformadora, um espaço de cooperação mútua, em que o aprender seja também um ato de humanizar.

REFERÊNCIAS

BONAFÉ-SCHMITT, J. P. **Da mediação do bairro à mediação escolar: a outra mediação social.** In: Correia, J. A. & Silva, A. M. C. (orgs.). *Mediação: (D) Os Contextos e (D) Os Actores*, p. 45-58. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.** Brasília. MEC, 1996.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Escola como extensão da família ou família como extensão da escola?** O dever de casa e as relações família-escola. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2004, n.25, pp.94-104. ISSN 1413-2478.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. **Colaboração entre pais e escola: educação abrangente.** *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.) [online]. 1998, vol.2, n.2, pp.153-160. ISSN 21753539.

CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2009.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo: Cortez, 1993.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA. Parecer 5/2005. **Projeto de Resolução.** Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Aprovada em 13 de dezembro de 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EPSTEIN, Joyce L. **School, Family, and Community Partnerships: preparing educators and improving schools.** Baltimore, Johns Hopkins University: Westview Press, 2011.

EPSTEIN, Joyce., et al. **School, Family and Community Partnerships, Your Handbook for Action.** 2. ed. Corwin Press, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Para entender a Relação Escola-Família: uma contribuição da história da educação.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 44-50, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200007>. Acesso em: 30/09/2024.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. p. 563.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Joana e MARQUES, Ramiro. Revista da UIIPS – **Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém**, Vol. VI, N.º 1, 2018, pp. 37-46 ISBN: 2182-9608

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: pedagogia crítica – social dos conteúdos**. SP: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LITTLEJOHN, S.; DOMENICI, K. **Objetivos e métodos de comunicação na mediação**. In: Schnitman, D. F. & Littlejohn, S. (Orgs.). **Novos paradigmas em mediação**. pp. 209-223, Porto Alegre: Artmed, 1999.

MACHADO, Érico Ribas. PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **A Pedagogia Social na Educação: análise de perspectivas de formação e atuação dos educadores sociais no Brasil**. Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2009. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092008000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 24/09/2024.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA TRABALHOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – FESPSP, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.fespsp.or.br/stroe/file_source/FESPSP/Documentos/ManualTCC.pdf. Acesso em 07/10/2024.

MIRANDA, Marília Faria de., et al. **Família e escola: elementos para uma participação democrática**. V. 11, n. 1, p. 103-118, jan./jun., 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/fsassumpcao,+470-1610-1-CE.pdf>. Acesso em: 28/02/2025.

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. **Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade**. Educação/Formação, p. 43-55, Coimbra: Exedra Revista Científica, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação**. Educação e Realidade, p. 155-170, jul. 2006.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO ARAÚJO, Cleisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. Acesso em 30/09/2022.

ORTEGA, L. M. R.; SANTIAGO, N. B. **A atuação do pedagogo: que profissional é esse?**. Pedagogia em ação, v. 1, n. 2, p. 1-122, ago./nov. 2009 - Semestral. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/1080>. Acesso em:

30/09/2022.

PARO, Vitor Henrique, **Gestão democrática da escola pública**, 3ª edição, São Paulo: Ática, 2000.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003) PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **País Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Educar Soluções, 2003. 4 DVDs.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

POLÔNIA, Anada Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Embusca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005.

PETZOLD, M. **The psychological definition of "the family"**. CUSINATO, M. (Org.), Research Family: Resources and needs across the world. Milão: LED- Edizioni Universitarie, p. 25-44, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, J. R. T. **Família, emoção e ideologia**. In: LANE, S. T. M. O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 99-123.

RIZZINI, I. e PILOTTI, F. (orgs). **A arte de governar crianças**. 3. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

SAVIANI, D. **Sentido da pedagogia e o papel do Pedagogo**. Revista da ANDE, n. 9: São Paulo, 1985.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1993. SOUZANETO, João Clemente de, Robert da Silva e Rogério Moura (Orgs) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. - 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TORRE MORELL, M. C. B. **Cultura de Mediação e Mudança Social**. Porto: Porto Editora, 2008.

TROST, J. **O processo de formação da família**. In J. Gomes-Pedro & M. F. Patrício (Orgs.), **Bebê XXI: criança e família na viragem do século**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

VILELA, Bianca O. L. **APedagogia Social no Brasil**: contribuições para uma formação mais humanizada dos pedagogos / Bianca Oliveira Lemos Vilela. – 2020. – 140 f.

Disponível em:

<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/58953/PEDAGOGIA%20SOCIAL%20-%20TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18/09/2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.) *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1998. p.103-117